

NOTA DOS EDITORES

É com satisfação que a Antropolítica. Revista Contemporânea de Antropologia, vinculada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense, apresenta seu número 55.3, nesse terceiro quadrimestre de 2023.

Nesta edição, publicamos dois Dossiês, dando continuidade a uma iniciativa que visa ampliar e diversificar os temas e colegas envolvidos no processo de publicação na Revista e, ao mesmo tempo, propor diferentes discussões temáticas dentro de cada número. Especificamente, o segundo dossiê aqui publicado também responde a uma promissora parceria com a Revista *Brésil(s) - Sciences humaines et sociales*. Trata-se de uma revista francesa e em francês sobre o Brasil, editada na École des Hautes Études en Sciences Sociales pelo Centre de Recherches sur le Brésil Colonial et Contemporain (CRBC/laboratório Mondes Américains) e publicada pelas Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme, da França. Através dessa parceria, o dossiê será publicado por ambos os periódicos, em português na Antropolítica e em francês na *Brésil(s)*, ampliando internacionalmente o público leitor do material publicado. Agradecemos à Revista pela parceria e, em especial, à sua editora Mônica Schpun.

O primeiro dossiê tem como título **Crises e reparações: práticas e políticas em torno do ativismo das vítimas e da antropologia do Estado**. Foi proposto e organizado por Leticia Ferreira (UFRJ), Diego Zenobi (UBA/Conicet) e Paula Mendes Lacerda (UERJ), com o objetivo de reunir trabalhos que, a partir de análises antropológicas, reflitam sobre os sentidos, as dinâmicas e os efeitos de práticas e políticas de reparação demandadas e/ou elaboradas em momentos socialmente definidos como “críticos”. Composto por sete artigos, além da apresentação assinada pelas organizadoras, o dossiê apresenta etnografias a partir do diálogo entre uma Antropologia do Estado e os estudos sobre mobilização social e ativismo, em campos empíricos, nacionais, políticos e históricos diversos, complexificando a discussão sobre o papel do Estado, da reparação, das vítimas e da memória.

O segundo dossiê temático intitula-se **Perspectivas Etnográficas Sobre a Justiça no Brasil**, e foi proposto e organizado pelos professores Luís Roberto Cardoso de Oliveira (UnB) e Roberto Kant de Lima (UFF/UVA). Além da apresentação, o dossiê reuniu sete artigos com o objetivo de discutir os padrões de desigualdade de tratamento que permeiam as instituições brasileiras e um amplo universo de interações entre os cidadãos no espaço público e na esfera pública. Soma-se a tal objetivo a perspectiva comparada de alguns artigos, a partir dos quais o contexto brasileiro é contrastado com outros cenários e tradições nacionais. Sob uma perspectiva

empírica, os artigos reunidos demonstram como, a despeito da igualdade de tratamento garantida constitucionalmente, outras normas e práticas mobilizam noções e padrões de (des)igualdade distintas.

Além desses dois debates temáticos, o presente número da Antropolítica traz quatro artigos com temática livre, oriundos do fluxo contínuo da revista e um artigo na seção “Olhares Cruzados”. Por fim, incluímos também uma resenha de um livro da área.

A seção de Artigos inicia com o trabalho **Territórios em engendramento na Amazônia Brasileira: Resex Marinhas rumo ao “terrestre”**, de Maria José da Silva Aquino Teisserenc, da Universidade Federal do Pará, e Pierre Teisserenc, da Université Paris XIII e da Universidade Federal do Pará. A partir de observações diretas, análise documental e entrevistas, os autores analisam a situação dos municípios costeiros do estado do Pará – Curuçá e São João da Ponta –, onde foram implantadas Reservas Extrativistas Marinhas em 2002. A partir da reflexão sobre esses dados, mobilizando autores como Latour (2017), Leite Lopes (2006) e Lefort (1986), o artigo demonstra como as mudanças observadas resultaram da disponibilidade de instrumentos de ação pública – como o Plano de Manejo e o Conselho Deliberativo – apropriados coletivamente por técnicos, políticos e grupos locais, e da politização produzida no Conselho Deliberativo orientada pelo compromisso entre as comunidades usuárias da Resex, os técnicos e os políticos em ações participantes da emergência de novos territórios.

O artigo seguinte, de coautoria de Fátima Tavares e Carlos Caroso, ambos da Universidade Federal da Bahia, intitula-se **Contracolonialismo, etnopolítica e políticas públicas: cartas e etnogovernança quilombola**. O artigo descreve a atuação política desenvolvida pelo Conselho Quilombola da Bacia e Vale do Iguape, que reúne comunidades situadas no município de Cachoeira, no estado da Bahia, a fim de buscar como as ações políticas desenvolvidas têm resultado em significativos ganhos políticos, sociais e culturais que evidenciam a aquisição de poder político por parte de seus membros nos termos de uma “etnogovernança comunitária”. Tal tipo de governança, segundo os autores, constitui um elemento fundamental na resistência contracolonialista e na busca por conquistar e assegurar aos grupos quilombolas direitos de cidadania garantidos por lei.

Em seguida, o artigo **Elementos que incorporam vidas, reiteram lugares sociais, conectam e pertencem: agência dos não-humanos em um contexto estudantil**, de Yuri Alexandre Estevão-Rezende, da Universidade Federal de Minas Gerais, discute a agência dos não-humanos (elementos materiais e/ou orgânicos) em repúblicas estudantis de Ouro Preto, Minas Gerais. A análise, realizada a partir de observação participante e em redes sociais e ciberespaços, de entrevistas com moradores e de imagens, propõe refletir sobre como objetos

possuem vidas incorporadas, produzem um lugar social, garantem a manutenção de hierarquias, constituem relações micropolíticas, bem como pertencem e conectam as pessoas em termos de família/afinidade, na “vida republicana estudantil” na cidade mineira de Ouro Preto.

O último artigo da seção, **Michael e a continuidade da existência: experimento em um grupo reflexivo**, de Asher Grochowalski Brum Pereira, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, parte da análise de um personagem singular, Michael, um homem autor de violência contra a mulher, em um grupo reflexivo de Campo Grande (MS). Para tal análise, Pereira aciona o método da volumografia, proposto por Albert Piette (2019), como estratégia que permite observar uma única pessoa em seus mínimos detalhes, bem com a conjugação entre a escrita e o desenho. O argumento central é que o “volume humano” observado a partir do Michael aciona volumentos no decorrer das sessões do grupo reflexivo para manter estável a continuidade de sua existência e fazer frente às imposições judiciais que o obrigaram a estar ali.

Após os artigos livres, segue a seção Olhares Cruzados. A seção tem como objetivo a publicação de artigos que reflitam sobre as várias dimensões que envolvem o fazer antropológico, priorizando a discussão sobre a perspectiva internacional, transnacional e/ou comparada na experiência do/a pesquisador/a. Neste número, publicamos, o artigo **Fazendo pesquisas em movimento: reflexões sobre minha trajetória acadêmica entre Brasil, Inglaterra e Canadá**, de Júlio D’ Angelo Davies, da University of Bristol. Seguindo a proposta da seção, o autor narra suas experiências de deslocamentos transnacionais entre Brasil, Inglaterra e Canadá, a partir das noções de retorno e de ilusão biográfica (BOURDIEU, 1996) na vida de migrantes e pesquisadores. A partir dessas experiências, marcadas pela descontinuidade espacial e institucional, e atravessadas por pesquisas distintas relacionadas às migrações transnacionais, o artigo propõe refletir sobre alguns dos principais dilemas profissionais e existenciais contemporâneos apresentados a antropólogos recém-formados, problematizando a dimensão do mercado de trabalho, a internacionalização e ainda os impactos da pandemia de Covid-19.

Por fim, o número 55.3 da Antropolítica traz a resenha do livro *Aqui nós somos uma família: brigas e acordos no tribunal do júri*, de Izabel Nuñez, publicado em 2021 pela editora Autografia e oriundo da sua tese de doutorado defendida em 2018. A resenha, intitulada “**Fazer judiciário**”: contribuições etnográficas sobre o Tribunal do Juri, foi elaborada por Bruna Angotti, da Universidade Presbiteriana Mackenzie de São Paulo. Retomando as epígrafes de sambas escolhidos por Nuñez, Angotti apresenta, capítulo a capítulo, a detalhada etnografia construída pela autora a partir do trabalho de campo imersivo em uma vara do Tribunal do Júri na comarca do Rio de Janeiro. A resenha dá destaque às posições dos atores do Júri na dinâmica do trabalho e nos rituais de julgamento, a partir da categoria retomada por Nuñez de “família

judicial”. Também apresenta como a autora trabalha a partir da identificação e reflexão sobre as moralidades envolvidas no “fazer judiciário”.

Em relação à capa do número, seguindo a proposta de publicação de dois dossiês, optamos por reproduzir as escolhas dos respectivos organizadores. Em referência ao dossiê **Crises e reparações: práticas e políticas em torno do ativismo das vítimas e da antropologia do Estado**, a imagem, de autoria de Jefferson Medeiros da Silva Júnior, intitula-se *Embargada* (2022). Propõe-se através dela, segundo o autor, uma análise do que foi construído de forma abrupta, sem consentimento, através do genocídio, do estupro, da escravidão, da tortura. Ainda assim, essa construção seguiu e segue negando a reparação ao terreno. Portanto, essa meia-água segue inacabada, exposta ao tempo. Se tornando cada vez mais visível a fragilidade dessas paredes sem embolso, esfarelado a cada chuva, que são na verdade lágrimas da memória de um passado aberto.

Em relação ao dossiê **Perspectivas Etnográficas Sobre a Justiça no Brasil**, ilustramos o número com uma imagem de domínio público, sem autoria especificada. O dedo na balança representa, segundo os organizadores, os dilemas da (des)igualdade jurídica no Brasil, quando nossas instituições articulam imperceptivelmente orientações opostas (igualitária/hierárquica) na administração de conflitos, somadas à enorme autonomia do juiz na definição dos parâmetros acionados em sua decisão.

Para finalizar, lembramos a nossos/as leitores/as que continuamos a receber submissões de interesse para a área das Ciências Sociais, em especial no campo da Antropologia, em regime de fluxo contínuo, através do site <http://www.revistas.uff.br/index.php/antropolitica>, no qual podem ser encontradas as normas de publicação e outras informações. Mantemos o nosso e-mail (antropoliticauff@gmail.com) para eventual contato. Sugerimos também acompanhar nossas notícias também através do perfil do Facebook, Instagram ([antropoliticauff](https://www.instagram.com/antropoliticauff)) e no Twitter ([@RAntropolitica](https://twitter.com/RAntropolitica)).

Boa leitura!